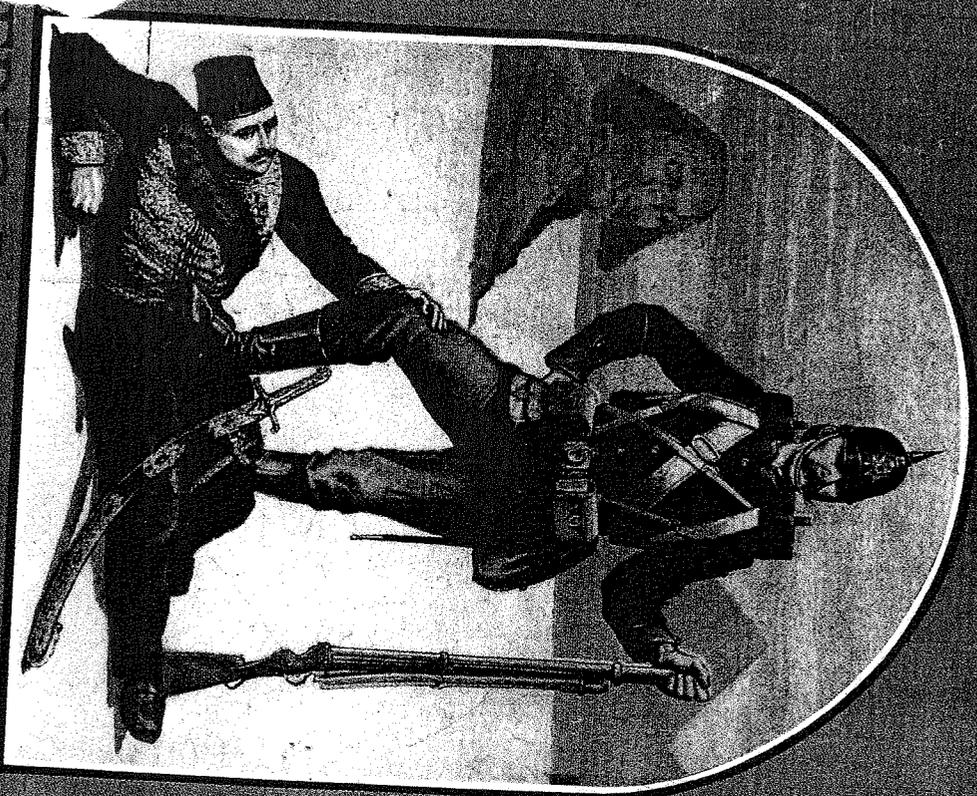


A ERA DOS IMPÉRIOS

1875-1914



ERIC J. HOBSBAWM



RAZÃO E LIBERTADE

2ª EDIÇÃO

Shore Lines - 514

P-4

A ERA DOS IMPÉRIOS

CAPÍTULO 3

Apenas uma confusão política completa e um otimismo ingênuo podem impedir que se reconheça que os esforços inevitáveis em favor da expansão comercial de todas as nações civilizadas, sob controle da burguesia, após um período de transição de concorrência aparentemente pacífica, se aproximam nitidamente do ponto em que apenas o poder decidirá a parte que caberá a cada nação no controle econômico da Terra e, portanto, a esfera de ação de seus povos e, especialmente, do potencial de ganho de seus trabalhadores.

Max Weber, 1894¹

"Quando estiverdes entre os chineses" ... diz lo Imperador da Alemanha], "lembrai que sois a vanguarda da Cristandade", diz ele, "e atravessai com vossas baionetas todo odioso infiel de martim que virdes", diz ele. "Fazei-os compreender o que significa a nossa civilização ocidental... E se, por um acaso, tomardes uma pequena extensão de terra enquanto isso, não deixeis nunca que um francês ou um russo a tomem de vós".

Mr. Dooley's Philosophy, 1900²

1

Era muito provável que uma economia mundial cujo ritmo era determinado por seu núcleo capitalista desenvolvido ou em desenvolvimento se transformasse num mundo onde os "avancados" dominariam os "atrasados"; em suma, num mundo de império. Mas, paradoxalmente, o período entre 1875 e 1914 pode

20

ser chamado de Era dos Impérios não apenas por ter criado um novo tipo de imperialismo, mas também por um motivo muito mais antiquado. Foi provavelmente o período da história mundial moderna em que chegou ao máximo o número de governantes que se autodenominavam "imperadores", ou que eram considerados pelos diplomatas ocidentais como merecedores desse título.

Na Europa, os governantes da Alemanha, Áustria, Rússia, Turquia e (em sua qualidade de dirigentes da Índia) Grã-Bretanha reivindicavam esse título. Dois deles (Alemanha e Grã-Bretanha/Índia) eram inovações dos anos 1870. Eles mais que com-pensaram o desaparecimento do "Segundo Império" de Napoleão III, da França. Fora da Europa, os dirigentes da China, Japão, Pérsia e — talvez com maior cortesia diplomática internacional — Etiópia e Marrocos * eram normalmente autorizados a usar esse título, ao passo que, até 1889, sobreviveram um imperador americano, o do Brasil. Pode-se acrescentar à lista um ou dois imperadores ainda mais obscuros. Em 1918, cinco deles haviam desaparecido. Hoje (1987) o único sobrevivente titular desse seleto grupo de supermonarcas é o governante do Japão, cujo perfil político é fraco e cuja influência política é insignificante.

Num sentido menos superficial, o período que nos ocupa é obviamente a era de um novo tipo de império, o colonial. A supremacia econômica e militar dos países capitalistas há muito não era seriamente ameaçada, mas não houvera nenhuma tentativa sistemática de traduzi-la em conquista formal, anexação e administração entre o final do século XVIII e o último quartel do XIX. Isto se deu entre 1880 e 1914, e a maior parte do mundo, à exceção da Europa e das Américas, foi formalmente dividida em territórios sob governo direto ou sob dominação política indireta de um ou outro Estado de um pequeno grupo: principalmente Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, EUA e Japão. As vítimas desse processo foram, até certo ponto, os antigos impérios europeus pré-industriais sobreviventes da Espanha e de Portugal, o primeiro mais que o segundo, apesar de tentativas de estender o território sob seu controle no

* O sultão do Marrocos prefere o título de "rei". Nenhum dos outros minissultões sobreviventes do mundo islâmico era ou podia ser encarado como "rei dos reis".

noroeste africano. Entretanto, a permanência dos principais territórios portugueses na África (Angola e Moçambique), que sobreviveriam às outras colônias imperialistas, deveu-se basicamente à incapacidade de seus rivais modernos chegarem a um acordo quanto à maneira exata de dividi-los entre si. Nenhuma rivalidade desse tipo salvou os despojos do Império Espanhol nas Américas (Cuba, Porto Rico) e no Pacífico (Filipinas) dos EUA em 1898. A maioria dos grandes impérios tradicionais da Ásia permaneceu nominalmente independente, embora as potências ocidentais tenham delimitado ali "zonas de influência" ou mesmo de administração direta que (como no caso do acordo anglo-russo sobre a Pérsia em 1907) podiam cobrir a totalidade do território. Na verdade, seu desamparo político e militar era dado como certo. Sua independência dependia de sua utilidade como Estados-tampão (como o Sião — hoje Tailândia —, que separava as zonas britânica e francesa no Sudeste asiático, ou do Afeganistão, que separava a Grã-Bretanha e Rússia), da incapacidade de as potências imperiais rivais concordarem numa fórmula para a divisão, ou meramente de sua extensão. O único Estado não europeu que resistiu com êxito à conquista colonial formal, quando esta foi tentada, foi a Etiópia, que conseguiu resistir à Itália, o mais fraco dos Estados imperiais.

Duas regiões maiores do mundo foram, para fins práticos, inteiramente divididas: África e Pacífico. Não restou qualquer Estado independente no Pacífico, então totalmente distribuído entre britânicos, franceses, alemães, holandeses, norte-americanos e — ainda em escala modesta — japoneses. Por volta de 1914, a África pertencia inteiramente aos impérios britânico, francês, alemão, belga, português e, marginalmente, espanhol, à exceção da Etiópia, da insignificante Libéria e daquela parte do Marrocos que ainda resistia à conquista completa. A Ásia, como vimos, conservava uma extensa área nominalmente independente, embora os mais antigos dos impérios europeus tenham ampliado e completado seus vastos domínios — a Grã-Bretanha, anexando a Birmânia ao seu império indiano e implantando ou reforçando a zona de influência nas áreas do Tibete, da Pérsia e do golfo Pérsico; a Rússia, avançando sobre a Ásia Central e (com menos êxito) sobre a Sibéria e a Mandchúria do lado do Pacífico; os holandeses, implementando um controle mais

firme nas regiões mais distantes da Indonésia. Dois impérios praticamente novos foram criados pela conquista francesa da Indochina, iniciada no governo de Napoleão III, e pela conquista japonesa da Coreia e de Taiwan (1895), às custas da China, e, posteriormente, de forma mais modesta, às custas da Rússia (1905). Só uma das regiões principais do planeta não foi afetada substancialmente por esse processo de divisão. As Américas eram, em 1914, o que haviam sido em 1875, ou, neste sentido, nos anos 1820: uma coleção única de repúblicas sobre o litoral caribenho. À exceção dos EUA, seu *status* político raramente impressionava alguém, além de seus vizinhos. Era perfeitamente claro que, do ponto de vista econômico, elas eram dependentes do mundo desenvolvido. Contudo, nem os EUA, que crescentemente afirmavam sua hegemonia política e militar na área, tentaram seriamente conquistá-las e administrá-las. Suas únicas anexações diretas se restringiram a Porto Rico (permitindo que Cuba mantivesse uma independência meramente nominal) e a uma estreita faixa ao longo do novo Canal do Panamá, que fazia parte de outra república pequena e nominalmente independente — para este fim destacada da Colômbia, bem maior, por uma revolução local conveniente. Na América Latina, a dominação econômica, e a pressão política, quando necessária, eram implementadas sem conquista formal. As Américas constituíam, é claro, a única região importante do globo onde não houve rivalidade séria entre grandes potências. À exceção da Grã-Bretanha, nenhum Estado europeu possuía mais que restos dispersos dos impérios coloniais (principalmente caribenho) do século XVIII, sem maior significado econômico ou outro. Nem os britânicos nem qualquer das outras nacionalidades viam boa razão para hostilizar os EUA, desafiando a Doutrina Monroe.*

* Esta doutrina, expressa pela primeira vez em 1823 e subsequentemente repetida e elaborada pelos governos dos EUA, manifestava hostilidade a qualquer outra colonização ou intervenção política de potências europeias no hemisfério ocidental. Mais tarde, isto passou a significar que os EUA eram a única potência com o direito de interferir em qualquer ponto do hemisfério. A medida que os EUA foram se tornando mais poderosos, a Doutrina Monroe foi sendo encarada com mais seriedade pelos Estados europeus.

Essa repartição do mundo entre um pequeno número de Estados, que dá título ao presente volume, foi a expressão mais espetacular da crescente divisão do planeta em fortes e fracos, em "avangçados" e "atrasados" que já observamos. Foi também notavelmente nova. Entre 1876 e 1915, cerca de um quarto da superfície continental do globo foi distribuído ou redistribuído, como colônia, entre meia dúzia de Estados. A Grã-Bretanha aumentou seus territórios em cerca de dez milhões de quilômetros quadrados, a França em cerca de nove, a Alemanha conquistou mais de dois milhões e meio, a Bélgica e a Itália pouco menos que essa extensão cada uma. Os EUA conquistaram cerca de 250 mil, principalmente da Espanha, o Japão algo em torno da mesma quantidade às custas da China, da Rússia e da Coreia. As antigas colônias africanas de Portugal se ampliaram em cerca de 750 mil quilômetros quadrados; a Espanha, mesmo sendo uma perdedora líquida (para os EUA), ainda conseguiu tomar alguns territórios pedregosos no Marrocos e no Saara ocidental. O crescimento da Rússia imperial é mais difícil de avaliar, pois todo ele se deu em territórios adjacentes e constituiu o prosseguimento de alguns séculos de expansão territorial do Estado czarista; ademais, como veremos, a Rússia perdeu algum território para o Japão. Dentre os principais impérios coloniais, apenas o holandês não conseguiu, ou não quis, adquirir novos territórios, salvo por meio da extensão de seu controle efetivo às ilhas indonésias, que há muito "possuía" formalmente. Denota os menores, a Suécia liquidou a única colônia que lhe restava, uma ilha das Índias Ocidentais, vendendo-a à França, e a Dinamarca estava prestes a fazer o mesmo — conservando apenas a Islândia e a Groenlândia como territórios dependentes.

O mais espetacular não é necessariamente o mais importante. Quando os observadores do panorama mundial do final dos anos 1890 começaram a analisar o que parecia obviamente uma nova fase no padrão geral de desenvolvimento nacional e internacional, notavelmente diferente do mundo liberal de livre comércio e livre concorrência de meados do século, eles consideraram a criação de impérios coloniais apenas um de seus aspectos. Os observadores ortodoxos pensavam discernir, em termos gerais, uma nova era de expansão nacional na qual (como sugerimos) os elementos políticos e econômicos já não

eram claramente separáveis e o Estado desempenhava um papel cada vez mais ativo e crucial tanto a nível interno como externo. Os observadores heterodoxos analisaram o período mais especificamente como uma nova fase de desenvolvimento capitalista, decorrente de várias tendências nele discerníveis. A mais influente dessas análises do que logo foi chamado de "imperialismo", o pequeno livro de Lenin de 1916, na verdade só abordou "a divisão do mundo entre as grandes potências" no sexto de seus dez capítulos.³

Entretanto, mesmo sendo o colonialismo apenas um dos aspectos de uma mudança mais geral das questões mundiais, foi, com toda clareza, o de impacto mais imediato. Ele constituiu o ponto de partida de análises mais amplas, pois não há dúvida de que a palavra "imperialismo" passou a fazer parte do vocabulário político e jornalístico nos anos 1890, no decorrer das discussões sobre a conquista colonial. Ademais, foi então que adquiriu a dimensão econômica que, como conceito, nunca mais perdeu. Eis por que são inúteis as referências às antigas formas de expansão política e militar em que o termo é baseado. Os imperadores e impérios eram antigos, mas o imperialismo era novíssimo. A palavra (que não figura nas obras de Karl Marx, falecido em 1883) foi introduzida na política na Grã-Bretanha nos anos 1870, e ainda era considerada neológica no fim da década. Sua explosão no uso geral data dos anos 1890. Por volta de 1900, quando os intelectuais começaram a escrever livros sobre o imperialismo, ele estava — para citar um dos primeiros deles, o liberal britânico J. A. Hobson — "na boca de todo mundo... e [era] usado para denotar o movimento mais poderoso na política atual do mundo ocidental".⁴ Em suma, era um termo novo, criado para descrever um fenômeno novo. Este fato é evidente o bastante para descartar uma das muitas escolas participantes desse tenso e acirrado debate ideológico sobre o "imperialismo", a que argumentava que ele não era nada de novo, que talvez fosse mesmo um mero remanescente pré-capitalista. De qualquer maneira, era sentido e discutido como novo.

As discussões em torno desse tema sensível são tão apaixonadas, densas e confusas que a primeira tarefa do historiador é desemaranhá-las para que o fenômeno em si possa ser visto.

Pois a maioria das discussões não tinha como tema o que aconteceu no mundo de 1875-1914, e sim o marxismo, tema capaz de suscitar sentimentos fortes: acontece que a análise (altamente crítica) do imperialismo na versão de Lenin se tornaria após 1917 e dos movimentos revolucionários dos comunistas do. O que deu particular aspereza ao debate foi que um dos lados em disputa parece ter tido uma ligeira vantagem embutida — pois aqueles defensores e opositores do imperialismo se enfrentavam desde 1890 —, ou seja, a própria palavra adquiriu gradualmente, e agora é improvável que perca, uma conotação pejorativa. Ao contrário da "democracia" que, devido a suas conotações favoráveis, mesmo seus inimigos gostam de reivindicar, o "imperialismo" normalmente é algo reprovado e, portanto, feito por outros. Em 1914, inúmeros políticos se orgulhavam de se denominarem imperialistas, mas no transcorrer de nosso século eles praticamente desapareceram de vista.

O cerne da análise leninista (que se baseava abertamente em vários autores da época, tanto marxianos como não marxianos) era que as raízes econômicas do novo imperialismo residiam numa nova etapa específica de capitalismo que, entre outras coisas, levava à "divisão territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas", configurando um conjunto de colônias formais e informais e de esferas de influência. As rivalidades entre as potências capitalistas que levaram a essa divisão também geraram a Primeira Guerra Mundial. Não precisamos discutir aqui os mecanismos específicos através dos quais o "capitalismo monopolista" levou ao colonialismo — as opiniões divergem a esse respeito, mesmo entre os marxistas — ou a ampliação mais recente dessa análise numa "teoria da dependência" de alcance mais geral, no fim do século XX. De uma forma ou de outra, todas partem do princípio de que a expansão econômica ultramarina e a exploração do mundo ultramarino foram cruciais para os países capitalistas.

Não seria particularmente interessante fazer uma crítica dessas teorias, o que seria irrelevante no presente contexto. O ponto a observar é apenas que os analistas não-marxistas do imperialismo tenderam a arguir o oposto dos que os marxistas diziam, obscurecendo assim o tema. Tenderam a negar qualquer

conexão específica entre o imperialismo do fim do século XIX e do século XX com o capitalismo em geral, ou com sua etapa particular que, como vimos, parecia emergir no final do século XIX. Negaram que o imperialismo tivesse raízes econômicas importantes, que beneficiasse economicamente os países imperiais e, menos ainda, que a exploração das zonas atrasadas fosse, de alguma forma, essencial ao capitalismo, e que seus efeitos nas economias coloniais fossem negativos. Argumentaram que o imperialismo não levou a rivalidades incontornáveis entre as potências imperiais e que sua relação com a origem da Primeira Guerra Mundial não foi significativa. Rejeitando as explicações econômicas, eles se concentraram em argumentos de ordem psicológica, ideológica, cultural e política, embora normalmente evitassem com todo cuidado o terreno perigoso da política interna, pois os marxistas também tendiam a ressaltar as vantagens que as classes dirigentes metropolitâneas auferiam com as políticas e propaganda imperialistas, pois estas, entre outras coisas, se contrapunham ao crescente interesse das classes trabalhadoras pelos movimentos operários de massa. Alguns desses contra-ataques se mostraram poderosos e eficazes, embora muitas dessas linhas de argumentação fossem mutuamente incompatíveis. Na verdade, boa parte da literatura teórica pioneira do ant imperialismo não é defensável. Mas a desvantagem da literatura contrária a ela é a não-explicação efetiva da conjugação de fatores econômicos e políticos, nacionais e internacionais, cujo impacto seus contemporâneos acharam tão importante, por volta de 1900, que procuraram dar-lhes uma explicação abrangente. Ela não explica por que seus contemporâneos acharam que o "imperialismo" era a um só tempo uma novidade e um acontecimento historicamente *central*. Em suma, boa parte dessa literatura se limita a negar fatos que eram bastante óbvios à época e ainda são.

Deixando o leninismo e o antileninismo de lado, a primeira coisa que o historiador tem de restabelecer é o fato óbvio, que ninguém teria negado nos anos 1890, de que a divisão do globo tinha uma dimensão econômica. Demonstrá-lo não é explicar tudo sobre o período do imperialismo. O desenvolvimento econômico não é uma espécie de ventríloquo com o resto da história como seu boneco. Neste sentido, mesmo o homem de

negócios mais limitado à procura do lucro em, digamos, minas sul-africanas de ouro e diamantes jamais pode ser tratado exclusivamente como uma máquina de ganhar dinheiro. Ele não ficava imune aos apelos políticos, emocionais, ideológicos, patrióticos ou mesmo raciais associados de modo tão patente à expansão imperial. Entretanto, embora seja possível determinar uma conexão econômica entre as tendências do desenvolvimento econômico no centro capitalista do mundo na época e sua expansão na periferia, torna-se muito menos plausível imputar todo o peso da explicação do imperialismo a motivos que não tenham uma conexão intrínseca com a penetração e a conquista do mundo não-ocidental. E mesmo os que parecem ter, como os cálculos estratégicos das potências rivais, devem ser analisados tendo em mente a dimensão econômica. Nem a política atual no Oriente Médio, que está longe de ser explicável apenas em termos econômicos, pode ser discutida realisticamente sem levar em conta o petróleo.

Então, o fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido (ver *A Era do Capital*, cap. 3). Sem isso não haveria um motivo especial para que os Estados europeus tivessem um interesse algo mais que fugaz nas questões, digamos, da bacia do rio Congo, ou tivessem se empenhado em disputas diplomáticas em torno de algum atol do Pacífico. Essa globalização da economia não era nova, embora tivesse se acelerado consideravelmente nas décadas centrais do século. Ela continuou a crescer — menos notavelmente em termos relativos, porém mais maciçamente em termos de volume e cifras — entre 1875 e 1914. As exportações europeias, de fato, tinham mais que quadruplicado entre 1848 e 1875, ao passo que entre esta última data e 1915 apenas duplicaram. Mas a navegação mercante mundial, entre 1840 e 1870, passou só de 10 a 16 milhões de toneladas, para dobrar nos quarenta anos seguintes, enquanto a rede ferroviária mundial passava de pouco mais de 200 mil quilômetros (1870), a mais de 1 milhão às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

Essa malha de transportes cada vez mais fina incorporou até os países atrasados e anteriormente marginais à economia mundial, e criou nos velhos centros de riqueza e desenvolvimento um interesse novo por essas áreas remotas. De fato, agora que eram acessíveis, muitas dessas regiões pareciam à primeira vista meras extensões potenciais do mundo desenvolvido, que já estavam sendo povoadas e desenvolvidas por homens e mulheres de origem europeia, eliminando ou repelindo os habitantes nativos, gerando cidades e sem dúvida, com o tempo, civilização industrial: EUA a oeste do Mississippi, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Argélia, o Cone Sul da América do Sul. A previsão, como veremos, estava errada. Entretanto, embora muitas vezes remotas, essas áreas eram, na mentalidade da época, diferentes daquelas outras regiões que, por motivos climáticos, não atraíam o povoamento branco, mas aonde — citando um destacado administrador imperial da época — “o europeu podia ir, em número reduzido, com seu capital, sua energia e seu conhecimento para desenvolver um comércio extremamente lucrativo e obter produtos necessários ao uso de sua civilização avançada”.⁵

Pois a sua civilização agora precisava do exótico. O desenvolvimento tecnológico agora dependia de matérias-primas que, devido ao clima ou ao acaso geológico, seriam encontradas exclusiva ou profusamente em lugares remotos. O motor de combustão interna, criação típica do período que nos ocupa, dependia do petróleo e da borracha. O petróleo ainda vinha predominantemente dos EUA e da Europa (da Rússia e, muito atrás, da Romênia) mas os campos petrolíferos do Oriente Médio já eram objeto de intenso confronto e conchavo diplomático. A borracha era um produto exclusivamente tropical, extraída com uma exploração atroz de nativos nas florestas equatoriais do Congo e da Amazônia, alvo de protestos anti-imperialistas precoces e justificados. Com o tempo, foi extensamente cultivada na Maláia.* O estanho provinha da Ásia e da América do Sul. Os metais não-ferrosos, que anteriormente eram irrelevantes, tornaram-se essenciais para as ligas de aço exigidas pela tecnologia da alta velocidade. Alguns deles eram abundantes no mundo desenvolvido, notadamente nos EUA, mas outros

* *Maláia*: nome da Malásia antes de sua independência. (N. da T.)

não. As novas indústrias elétrica e de motores precisavam muito de um dos metais mais antigos, o cobre. Suas principais reservas, e, por conseguinte, seus maiores produtores, estavam no que o final do século XX chamaria de Terceiro Mundo: Chile, Peru, Zaire, Zâmbia. E, é claro, havia uma demanda constante e nunca satisfeita de metais preciosos que, neste período, transformaram a África do Sul, de longe, no maior produtor de ouro do mundo, sem contar sua riqueza em diamantes. As minas eram os principais pioneiros da abertura do mundo ao imperialismo, muito eficazes nesse papel, porque os lucros eram suficientemente excepcionais para justificar também a construção de ramais de ferrovias.

Independente das exigências de uma nova tecnologia, o crescimento do consumo de massa nos países metropolitanos gerou um mercado em rápida expansão para os produtos alimentícios. Em volume absoluto, ele era dominado pelos produtos alimentícios básicos da zona temperada, cereais e carne, agora reduzidos de modo barato e em grandes quantidades em várias zonas de povoamento europeu — América do Sul e do Norte, Rússia e Australásia. Mas ele também transformou o mercado dos produtos há muito — e caracteristicamente — conhecidos (ao menos em alemão) como “bens coloniais” e vendidos nos armazéns do mundo desenvolvido: açúcar, chá, café, cacau e seus derivados. Com o transporte rápido e a conservação, as frutas tropicais e subtropicais passaram a estar disponíveis: eles viabilizaram a *banana republic*.

Os britânicos, que haviam consumido 700 gramas de chá *per capita* nos anos 1840 e 1,5 kg nos anos 1860, estavam consumindo 2,6 kg nos anos 1890, mas isso representava uma média anual de importação de 102 mil toneladas, contra menos de 45 mil toneladas nos anos 1860 e cerca de 18 nos anos 1840. Enquanto os britânicos abandonavam as poucas xícaras de café que bebiam, para encher seus bules com chá da Índia e do Ceilão (Sri Lanka), os americanos e alemães importavam café em quantidades cada vez mais espetaculares, notadamente da América Latina. No início dos anos 1900, as famílias de Nova Iorque consumiam meio quilo de café por semana. Os fabricantes Quaker de bebidas e chocolate da Inglaterra, felizes por distribuir bebidas não-alcóolicas, obtinham sua matéria-prima

na África Ocidental e na América do Sul. Os astutos homens de negócios de Boston, que fundaram a United Fruit Company em 1885, criaram impérios privados no Caribe para fornecer à América a antes insignificante banana. Os fabricantes de sabão, explorando o primeiro mercado a demonstrar cabalmente a potencialidade da nova indústria publicitária, se voltaram para os óleos vegetais da África. As *plantations*, as grandes propriedades rurais e as fazendas eram o segundo pilar das economias imperiais. Os comerciantes e financistas metropolitanos eram o terceiro.

Esses fatos não mudaram a forma nem o caráter dos países industrializados ou em processo de industrialização, embora tenham criado novos ramos de grandes negócios, cujos destinos ligavam-se intimamente aos de determinadas partes do planeta, como as companhias de petróleo. Mas transformaram o resto do mundo, na medida em que o tornaram um complexo de territórios coloniais e semicoloniais que crescentemente evoluíram em produtores especializados de um ou dois produtos primários de exportação para o mercado mundial, de cujos caprichos eram totalmente dependentes. A Maláia cada vez mais significava borracha e estanho; o Brasil, café; o Chile, nitratos; o Uruguai, carne; Cuba, açúcar e charutos. Na verdade, à exceção dos EUA, mesmo as colônias de povoamento branco fracassaram em sua industrialização (nesta etapa), porque também ficaram presas na gaiola da especialização internacional. Elas podiam tornar-se extraordinariamente prósperas, mesmo para padrões europeus, sobretudo quando seus habitantes eram imigrantes europeus, livres e, em geral, militantes com força política em assembleias eleitas, cujo radicalismo democrático podia ser tremendo, embora normalmente não incluisse os nativos. * Um europeu que desejasse emigrar, na Era dos Impérios, provavelmente teria feito melhor em ir para a Austrália, Nova Zelândia, Argentina ou Uruguai do que para qualquer outro lugar, inclusive os EUA. Todos esses países desenvolveram partidos trabalhistas e radical-democratas, ou mesmo governos, e ambiciosos sistemas públicos de bem-estar e previdência social (Nova Zelândia, Uruguai).

* Na verdade, a democracia branca os exclua dos benefícios conquistados para os de pele branca, e inclusive se recusava a considerá-los como plenamente humanos.

guai) muito antes dos Estados europeus. Mas o fizeram como complementos da economia industrial europeia (isto é, essencialmente britânica) e, portanto, para eles — ou, em todo caso, para os interesses vinculados à exportação de produtos primários — não era negócio se industrializar. Não que as metrópoles fossem receber de braços abertos sua industrialização. Qualquer que fosse a retórica oficial, a função das colônias e das dependências informais era complementar as economias metropolitanas e não fazer-lhes concorrência.

Os territórios dependentes que não pertenciam ao que foi denominado "capitalismo de povoamento" (branco) não se saíram tão bem. Seu interesse econômico residia na combinação de recursos a uma força de trabalho que, composta de "nativos", custava pouco e podia ser mantida barata. Entretanto, as oligarquias de proprietários de terras e de comerciantes agentes de potências estrangeiras — locais, importados da Europa ou ambos — e, onde existiam, de seus governantes, beneficiavam-se com a duração absoluta do período de expansão das matérias-primas de exportação de suas regiões, interrompido apenas por crises breves, embora às vezes dramáticas (como na Argentina em 1890), geradas pelo ciclo comercial, pela excessiva especulação, pela paz e a guerra. Entretanto, embora a Primeira Guerra Mundial tenha desorganizado alguns de seus mercados, os produtores dependentes estavam muito distantes dela. Do ponto de vista destes, a era dos impérios, que começou no final do século XIX, durou até a Grande Depressão de 1929-1933. Ainda assim, no transcurso deste período eles se tornariam crescentemente vulneráveis, pois suas fortunas eram, cada vez mais, função do preço do café (que em 1914 já era responsável por 58% do valor das exportações brasileiras e 53% das colombianas), da borracha, do estanho, do cacau, da carne ou da lã. Porém, até a queda vertical dos preços das mercadorias primárias durante a depressão de 1929, essa vulnerabilidade, quando considerada a longo prazo, não parecia ser muito significativa comparada à aparentemente ilimitada expansão das exportações e dos créditos. Ao contrário, como vimos, antes de 1914 os termos de troca pareciam evoluir a favor dos fornecedores de produtos primários.

Entretanto, a importância econômica crescente dessas áreas para a economia mundial não explica por que, entre outras coisas, os principais Estados industriais deveriam ter se precipitado em dividir o planeta em colônias e esferas de influência. A análise antiimperialista do imperialismo sugeriu vários motivos por que os acontecimentos deveriam ter se desenvolvido assim. O mais conhecido deles — a pressão do capital por investimentos mais rentáveis do que os realizados em seu próprio país, investimentos garantidos contra a rivalidade do capital estrangeiro — é o menos convincente. Como a exportação britânica de capital se expandiu imensamente no último terço do século e, de fato, a renda desses investimentos se tornou essencial para o balanço de pagamentos britânico, era perfeitamente natural relacionar o “novo imperialismo” às exportações de capital, como fez J. A. Hobson. Mas não há como negar que, na verdade, muito pouco desse fluxo maciço tomou o rumo dos novos impérios coloniais: a maior parte do investimento ultramarino britânico se dirigiu às colônias de povoamento branco — que estavam se desenvolvendo rápido e eram em geral antigas — que em breve teriam reconhecido o *status* de “domínios” praticamente independentes (Canadá, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul), e aos que podem ser chamados de domínios “honorrários”, como a Argentina e o Uruguai, sem falar nos EUA. Ademais, o grosso desses investimentos (76% em 1915) revestiu a forma de empréstimos públicos a ferrovias e empresas de serviços públicos, que certamente remuneravam melhor que o investimento na dívida interna do governo britânico — com médias respectivamente de 5% e 3% — mas eram, por certo, igualmente menos lucrativos que os benefícios do capital industrial na Grã-Bretanha, exceto, sem dúvida, para os banqueiros que os administravam. Esperava-se que fossem investimentos mais seguros do que altamente remuneradores. Nenhum desses fatos significa que as colônias não foram adquiridas porque algum grupo de investidores não esperasse enriquecer da noite para o dia, ou em defesa de investimentos já realizados. Independente da ideologia, o motivo para a Guerra dos Boers foi o ouro.

Um motivo geral mais convincente para a expansão colonial foi a procura de mercados. O fato de esta muitas vezes fracassar é irrelevante. Era amplamente disseminada a crença

de que a “superprodução” da Grande Depressão poderia ser resolvida por meio de um vasto esforço de exportação. Os homens de negócios, sempre propensos a preencher os espaços em branco no mapa do comércio mundial com altos números de clientes potenciais, naturalmente procurariam estas áreas inexploradas: a China, uma das que povoava a imaginação dos homens de venda — e se cada um daqueles 300 milhões comprasse apenas uma caixa de percevejos de estanho? — e a África, o continente desconhecido, a outra. As Câmaras de Comércio das cidades britânicas, no início dos anos 1880, em plena depressão, ficaram indignadas só de pensar que as negociações diplomáticas podiam impedir o acesso de seus comerciantes à África do Congo, que se acreditava oferecer indizíveis perspectivas de vendas, ainda mais quando esta colônia estava sendo explorada por aquele homem de negócios corado, o rei dos belgas, Leopoldo II,⁷ como um projeto lucrativo. (Seu método favorito de exploração, por meio do trabalho forçado, não visava incentivar elevadas compras *per capita*, quando não diminuindo efetivamente o número de fregueses com a tortura e o massacre.)

Mas o ponto crucial da situação econômica global foi que um certo número de economias desenvolvidas sentiu simultaneamente a necessidade de novos mercados. Quando sua força era suficiente, seu ideal eram “portas abertas” nos mercados do mundo subdesenvolvido; caso contrário, elas tinham a esperança de conseguir para si territórios que, em virtude da sua dominação, garantissem à economia nacional uma posição monopolista ou ao menos uma vantagem substancial. A consequência lógica foi a repartição das partes não ocupadas do Terceiro Mundo. Num certo sentido, tratava-se da extensão do protecionismo, que ganhou terreno em quase todas as partes após 1879 (ver capítulo anterior). “Se vocês não fossem protecionistas tão teimosos”, disse o primeiro-ministro britânico ao embaixador francês em 1897, “não nos achariam tão ávidos por anexar territórios”.⁸ Neste sentido, o “novo imperialismo” foi o subproduto natural de uma economia internacional baseada na rivalidade entre várias economias industriais concorrentes, intensificada pela pressão econômica dos anos 1880. Daí não decorre que se esperasse a transformação de qualquer colônia em parti-

cular, por si só, no Eldorado, embora isto tenha efetivamente acontecido no caso da África do Sul, que se tornou o maior produtor mundial de ouro. As colônias podiam propiciar apenas bases adequadas ou trampolins para a penetração na economia da região. Isto foi declarado com toda clareza por um funcionário do Departamento de Estado dos EUA por volta da virada do século, quando os EUA seguiram o estilo internacional, fazendo uma breve investida para a construção de um império colonial próprio.

A essa altura torna-se difícil separar os motivos econômicos para a aquisição de territórios coloniais da ação política necessária para este fim, pois o protecionismo de qualquer tipo é a economia operando com a ajuda da política. O motivo estratégico para a colonização era evidentemente mais forte na Grã-Bretanha, que tinha colônias de há muito estabelecidas em locais cruciais para o controle do acesso a várias regiões terrestres e marítimas consideradas como vitais para os interesses mundiais comerciais e marítimos britânicos ou que, com o surgimento do navio a vapor, podiam funcionar como postos de abastecimento de carvão. (Gibraltar e Malta são antigos exemplos das primeiras, Bermudas e Aden vieram a ser exemplos típicos das segundas.) Sem esquecer o significado simbólico ou real que tem para os laços obter uma parcela apropriada do produto da pilhagem. Uma vez que as potências rivais começaram a recorrer ao mapa da África ou da Oceania, cada uma delas tentou, naturalmente, evitar que uma porção excessiva (ou uma parcela particularmente atraente) fosse para outras mãos. Uma vez que o *status* de grande potência se associou, assim, à sua bandeira tremulando em alguma praia bordada de palmeiras (ou, mais provavelmente, em áreas cobertas de arbustos secos), a aquisição de colônias se tornou um símbolo de *status* em si, independente de seu valor. Por volta de 1900, até os EUA, cujo tipo de imperialismo nunca antes, nem depois fora especialmente associado à posse de colônias formais, sentiram-se obrigados a adotar o modelo. A Alemanha ficou profundamente ofendida por uma ação tão poderosa e dinâmica como ela possuir uma parte tão notavelmente menor de território colonial que os britânicos e franceses, embora também a importância econômica de suas colônias fosse pouca, e a estratégica ainda

menor. A Itália insistiu em tomar extensões decididamente de interesse de desertos e montanhas africanas, no intuito de dar respaldo à sua posição de grande potência; e, sem dúvida, seu fracasso na conquista da Etiópia em 1896 prejudicou essa posição.

Pois se as grandes potências eram Estados que adquiriam colônias, as pequenas nações não tinham, por assim dizer, "nenhum direito" a elas. A Espanha perdeu a maior parte do que lhe restava de império colonial em decorrência da Guerra Hispano-Americana de 1898. Como vimos, foram seriamente discutidos planos de repartir o remanescente do império africano de Portugal entre os novos colonialistas. Apenas os holandeses mantiveram, em silêncio, suas ricas e antigas colônias (principalmente no sudeste asiático), e ao Rei dos belgas, como também vimos, foi permitido demarcar seu domínio privado na África, com a condição de manter seu acesso aberto a todos, porque nenhuma grande potência estava disposta a dar a outra parte significativa da grande bacia do rio Congo. Devemos, é claro, acrescentar que em vastas extensões da Ásia e das Américas uma repartição maciça por potências europeias estava fora de questão por motivos políticos. Nas Américas, a situação das colônias europeias sobreviventes estava congelada pela Doutrina Monroe: só os EUA tinham liberdade de ação. Na maior parte da Ásia, a luta era por esferas de influência em Estados nominalmente independentes, notadamente China, Pérsia e Império Otomano. Havia a exceção dos russos e dos japoneses — os primeiros estendendo com êxito sua área na Ásia Central, mas fracassando na conquista de parcelas apreciáveis no norte da China, os últimos incorporando a Coreia e Formosa (Taiwan) como resultado de uma guerra com a China em 1894-1895. As principais regiões onde havia competição pela detenção de terras ficavam, assim, na prática, na África e na Oceania. Assim sendo, explicações essencialmente estratégicas do imperialismo atraíram alguns historiadores, que tentaram colocar os motivos da expansão britânica na África em termos da necessidade de defender as rotas para a Índia, bem como suas vias de acesso marítimas e terrestres, contra ameaças potenciais. De fato, é importante recordar que, globalmente falando, a Índia era o cerne da estratégia britânica e que esta exigia o controle

não apenas das rotas marítimas curtas (Egito, Oriente Médio, Mar Vermelho, Golfo Pérsico e Arábia do Sul) e longas (Cabo da Boa Esperança e Cingapura) para o subcontinente, mas de todo o Oceano Índico, inclusive de setores cruciais do litoral e do interior da África. Os governos britânicos tinham aguda consciência disto. Também é verdade que a desintegração do poder local em algumas áreas cruciais para este fim, como o Egito (incluindo o Sudão), levou os britânicos a implementarem uma presença política direta muito maior que sua intenção inicial e, inclusive, governo efetivo. Contudo, esses argumentos não invalidam uma análise econômica do imperialismo. Em primeiro lugar, eles subestimam o incentivo diretamente econômico para a aquisição de alguns territórios africanos, dos quais o sul da África é o mais óbvio. A disputa pela África Ocidental e pelo Congo, em todo caso, foi basicamente econômica. Em segundo lugar, eles passam por alto o fato de a Índia ser a "gema mais esplêndida da coroa imperial" e o cerne do pensamento estratégico britânico global, justamente em virtude de sua importância muito real para a economia britânica. Esta importância não foi maior que então, quando até 60% das exportações britânicas de algodão iam para a Índia e o Extremo Oriente, principalmente para a Índia — só para ela foram 40-45% — e o balanço de pagamentos internacional da Grã-Bretanha dependia do superávit propiciado pela Índia. Em terceiro lugar, a própria desintegração dos governos nacionais locais, que às vezes acarretou a implantação de um governo europeu em áreas que os europeus anteriormente não tinham se preocupado em administrar, derivou do fato de as estruturas locais terem sido solapadas pela penetração econômica. E, por fim, é vã a tentativa de provar que nada no desenvolvimento interno do capitalismo ocidental nos anos 1880 explica a redivisão territorial do mundo, pois o capitalismo mundial nesse período foi claramente diferente do que fora nos anos 1860. Agora, ele consistia numa pluralidade de "economias nacionais" rivais, "protegendo-se" umas das outras. Em suma, a política e a economia não podem ser separadas na sociedade capitalista, assim como a religião e a sociedade não podem ser isoladas nas regiões islâmicas. A tentativa de formular uma explicação puramente não econômica

para o "novo imperialismo" é tão irrealista como a de explicar em termos puramente não econômicos o surgimento dos partidos operários.

Na verdade, o surgimento dos movimentos operários ou, de maneira mais geral, da política democrática (ver próximo capítulo) teve uma relação nítida com o surgimento do "novo imperialismo". A partir do momento em que o grande imperialista Cecil Rhodes observou em 1895 que, para evitar a guerra civil, era preciso se tornar imperialista,⁹ a maioria dos observadores se conscientizou do assim chamado "imperialismo social"; isto é, da tentativa de usar a expansão imperial para diminuir o descontentamento interno por meio de avanço econômico ou reforma social, ou de outras maneiras. Não há dúvida de que todos os políticos eram perfeitamente conscientes dos benefícios potenciais do imperialismo. Em alguns casos — notadamente na Alemanha — o surgimento do imperialismo foi basicamente explicado em termos da "primazia da política interna". A versão de Cecil Rhodes do imperialismo social, que pensou basicamente nos benefícios econômicos que o império, direta ou indiretamente, podia proporcionar às massas descontentes, foi talvez a menos relevante. Não há prova válida de que a conquista colonial como tal tenha tido muita relação com o nível de emprego ou com os rendimentos reais da maioria dos operários dos países metropolitanos,* e a idéia de que a emigração para as colônias propiciaria uma válvula de escape aos países superpovoados foi pouco mais que uma fantasia demagógica. (Na verdade, nunca foi tão fácil encontrar um lugar para onde emigrar que entre 1880 e 1914, e apenas uma ínfima minoria de emigrantes se dirigiu às colônias — ou precisou fazê-lo.)

Muito mais relevante era a conhecida prática de oferecer aos eleitores a glória, muito mais que reformas onerosas; e o que há de mais glorioso que conquistas de territórios exóticos e raças de pele escura, sobretudo quando normalmente era barato

* Em casos isolados o império pode ser útil. Os mineiros da Cornualha trocaram em massa as minas de estanho decadentes de sua península pelos campos auríferos da África do Sul, onde ganhavam muito dinheiro e morriam ainda mais cedo que de costume de enfermidades pulmonares. Os proprietários de minas de Cornualha, com menos risco para suas vidas, compraram novas minas de estanho na Maláia.

dominários? De forma mais geral, o imperialismo encorajou as massas, e sobretudo as potencialmente descontentes, a se identificarem ao Estado e à nação imperiais, outorgando assim, inconscientemente, ao sistema político e social representado por esse Estado justificação e legitimidade. Numa era de política de massa (ver próximo capítulo), mesmo os sistemas antigos precisavam de nova legitimidade. Uma vez mais, seus contemporâneos tinham total clareza a este respeito. A certimônia britânica de coroação de 1902, cuidadosamente remodelada, foi elogiada por visar a expressar "o reconhecimento, por uma democracia livre, de uma coroa hereditária como símbolo do domínio mundial de sua espécie" (grifo meu). Em suma, o império era um excelente aglutinante ideológico.

Não é totalmente claro até que ponto essa variante específica de patriotismo exacerbado foi eficaz, especialmente em países onde o liberalismo e a esquerda, mais radical, contavam com fortes tradições antimpérial, antimilitar, anticolonial ou, de maneira mais geral, antitarisocrática. Sabe-se que, em vários países, o imperialismo erá extremamente popular entre os novos estratos médios e de colarinhos brancos, cuja identidade social residia, em grande medida, na reivindicação de serem os instrumentos preferenciais do patriotismo (ver cap. 8). São muito menos numerosos os indícios de qualquer entusiasmo espontâneo dos operários pelas conquistas coloniais, ainda menos pelas guerras, ou, na verdade, de qualquer grande interesse nas colônias, novas ou antigas (à exceção das de povoamento branco). O êxito das tentativas de institucionalizar o orgulho pelo imperialismo, como com a fixação de um "Dia do Império" na Grã-Bretanha (1902), dependia amplamente da mobilização de um público cativo de escolares (O apelo ao patriotismo, em sentido mais geral, será abordado abaixo.)

Entretanto, é impossível negar que a idéia da superioridade em relação a um mundo de peles escuras situado em lugares remotos e sua dominação era autenticamente popular, beneficiando, assim, a política do imperialismo. Em suas grandes exposições internacionais (ver *A Era do Capital*, cap. 2), a civilização burguesa sempre se orgulhara do triunfo triplô da ciência, da tecnologia e das manufaturas. Na era dos impérios, ela também se orgulhará de suas colônias. No final do século multipli-

caram-se os "pavilhões coloniais", até então praticamente desconhecidos: dezoito deles complementaram a Torre Eiffel em 1889, catorze atraíram os turistas a Paris em 1900.¹¹ Tratava-se, sem dúvida, de publicidade proposital, mas como toda propaganda comercial ou política — realmente bem-sucedida, só teve êxito por ter tocado um ponto sensível do público. As exposições coloniais eram um sucesso. Os jubileus, funerais e coroações reais britânicos eram ainda mais impressionantes porque, como os antigos triunfos romanos, exibiam marajás submissos com vestimentas preciosas — livremente leais e não cativos. As paradas militares tornavam-se ainda mais coloridas por incluir sikh's enturbantados, rajput's bigodudos, gurkas sorridentes e implacáveis, cavalarianos argelinos e altos senegaleses negros: o mundo do que era considerado como barbárie a serviço da civilização. Mesmo na Viena dos Habsburgo, desinteressada de colônias ultramarinas, um povoado ashanti fascinou os visitantes. O *douanier** Rousseau não era o único a sonhar com os trópicos.

Assim sendo, a sensação de superioridade que uniu os brancos ocidentais — ricos, classe média e pobres — não se deveu apenas ao fato de todos eles desfrutarem de privilégios de governante, sobretudo quando efetivamente estavam nas colônias. Em Dacar ou Mombança, o mais modesto funcionário era um amo e era aceito como *gentleman* por pessoas que nem teriam notado sua existência em Paris ou Londres; o operário branco era um comandante de negros. Mas mesmo onde a ideologia insistia numa igualdade, mesmo potencial, esta se transformava gradualmente em dominação. A França acreditava na transformação de seus súditos em franceses, teoricamente descendentes de *nos ancêtres, les gaulois* (nossos ancestrais, os gauleses) — como os livros didáticos insistiam, tanto em Timbuctu como na Martinica e em Bordeaux — ao contrário dos britânicos, convencidos do caráter não-inglês essencial e permanente dos bengalis e iorubás. Contudo, a existência mesma desses estratos de *évolués* nativos ressaltava a falta de "evolução" da grande maioria. As Igrejas empreenderam a conversão dos pagãos a várias versões da verdadeira fé cristã, exceto onde ativamente desencorajadas

* Oficial da alfândega francesa. (N. da T.)

pelos governos coloniais (como na Índia) ou onde a tarefa era claramente impossível (como nas regiões islâmicas).

Essa foi a época clássica de empenho missionário maciço. * O trabalho missionário não foi, de forma alguma, um interdiário da política imperialista. Muitas vezes se opôs às autoridades coloniais; quase sempre colocou os interesses de seus conterrâneos em primeiro lugar. Contudo, o sucesso do Senhor se dava em função do avanço imperialista. Ainda pode ser debatido se o comércio seguiu a bandeira, mas não há dúvida de que a conquista colonial abriu o caminho à ação missionária efetiva — como em Uganda, na Rodésia (Zâmbia e Zimbábue) e Niassalândia (Malauí). E se a cristandade insistia na igualdade de almas, ressaltava a desigualdade de corpos — mesmo de corpos clericais. Era algo feito pelos brancos para os nativos, e pago pelos brancos. E embora os fiéis nativos se multiplicassem, ao menos a metade do clero continuou branca. Quanto a um bispo de cor, seria necessário um microscópio potente para detectá-lo em algum lugar entre 1880 e 1914. A Igreja Católica só sagrou seus primeiros bispos asiáticos nos anos 1920, oitenta anos após ter observado o quanto isso seria desejável.¹¹

Quanto ao movimento mais apaixonadamente devotado à igualdade entre todos os homens, ele falava com duas vozes. A esquerda secular era antimperialista em seus princípios e frequentemente em sua prática. A liberdade para a Índia, como a liberdade para o Egito e a Irlanda, eram o objetivo do movimento trabalhista britânico. A esquerda nunca vacilou em sua condenação das guerras e conquistas coloniais, correndo muitas vezes o risco considerável de uma impopularidade temporária — como na oposição britânica à Guerra dos Boers. Os radicais revelaram os horrores do Congo, das plantações metropolitanas de cacau nas ilhas africanas, do Egito. A campanha que levou à grande vitória eleitoral do Partido Liberal britânico em 1906 foi travada, em grande medida, por meio de denúncias públicas do “escravismo chinês” nas minas sul-africanas. Contudo, com raríssimas exceções (como a Indonésia holandesa), os socialistas

* Entre 1876 e 1902 houve 119 traduções da Bíblia, contra 74 nos trinta anos precedentes e 40 no período 1816-1845. O número de missões protestantes novas na África entre 1886 e 1895 foi de 23, cerca de três vezes a cifra de qualquer década anterior.¹²

ocidentais pouco fizeram efetivamente para organizar a resistência dos povos coloniais contra seus governantes até a era da Internacional Comunista. Dentro do movimento socialista e operário, aqueles que aceitavam abertamente o imperialismo como algo desejável, ou ao menos como uma etapa essencial na história dos povos que ainda não estavam “preparados para um governo autônomo”, eram uma minoria da direita revisionista e fabiana, embora muitos líderes sindicais provavelmente considerassem as discussões sobre as colônias como irrelevantes, ou encarassem os povos de cor basicamente como força de trabalho barata que ameaçava os resolutos operários brancos. Certamente, a pressão em favor da proibição da imigração de cor, que gerou as políticas da “Califórnia Branca” e “Austrália Branca” entre 1880 e 1914, originou-se basicamente na classe operária, e os sindicatos de Lancashire se uniram aos patrões do setor de algodão da região para insistir em que a Índia devia permanecer não industrializada. Internacionalmente, o socialismo anterior a 1914 continuou sendo um movimento predominantemente de europeus e de emigrantes brancos e seus descendentes (ver cap. 5). O colonialismo permaneceu um interesse marginal para eles. Na verdade, sua análise e definição da nova etapa “imperialista” do capitalismo, que eles detectaram a partir do final dos anos 1890, considerava acertadamente a anexação e a exploração coloniais apenas como um sintoma e uma característica dessa nova etapa: indesejável, como todas as suas características, mas não central em si. Foram poucos os socialistas que, como Lenin, já estavam com os olhos postos no “material inflamável” na periferia do capitalismo mundial.

Na medida em que a análise socialista (isto é, sobretudo marxista) integrava o colonialismo a um conceito muito mais amplo de uma “nova etapa” do capitalismo, ela era indubitavelmente correta em princípio, embora não necessariamente nos detalhes de seu modelo teórico. Essa análise às vezes também era propensa demais — como, aliás, as análises capitalistas da época — a exagerar o significado econômico da expansão colonial para os países metropolitanos. O imperialismo do final do século XIX foi indubitavelmente “novo”. Foi produto de uma era de concorrência entre economias industrial-capitalistas rivais, fato novo e intensificado pela pressão em favor da obten-

ção e da preservação de mercados num período de incerteza econômica (ver cap. 2); em suma, foi uma era em que "tarifas alfandegárias e expansão tornam-se a reivindicação comum às classes dirigentes".¹⁴ Foi parte de um processo de abandono de um capitalismo de políticas públicas e privadas de *laissez-faire*, o que também era novo, e implicou o surgimento de grandes sociedades anônimas e oligopólios, bem como a crescente intervenção do Estado nos assuntos econômicos. O imperialismo pertencia a um período em que a parte periférica da economia mundial tornou-se crescentemente significativa. Foi um fenómeno que pareceu tão "natural" em 1900 como teria parecido im-plausível em 1860. Mas se não fosse por essa vinculação entre o capitalismo pós-1873 e a expansão ao mundo não-industrializado, há dúvidas até sobre se o "imperialismo social" teria tido o mesmo papel que desempenhou na política interna dos Estados que estavam se adaptando à política eleitoral de massa. Todas as tentativas de isolar a explicação do imperialismo do desenvolvimento específico do capitalismo no fim do século XIX devem ser encaradas como exercícios ideológicos, embora frequentemente eruditos e às vezes argutos.

2

Ainda nos restam as perguntas relativas ao impacto da expansão ocidental (e, a partir dos anos 1890, japonesa) sobre o resto do mundo, e as relacionadas ao significado dos aspectos "imperialiais" do imperialismo para os países metropolitanos.

A primeira destas perguntas pode ser respondida mais rapidamente que a segunda. O impacto econômico do imperialismo foi significativo, mas, é claro, o que ele teve de mais significativo foi sua profunda desigualdade, pois as relações entre metrópoles e países dependentes eram altamente assimétricas. O impacto das primeiras sobre os segundos foi dramático e decisivo, mesmo sem ocupação efetiva, ao passo que o impacto dos segundos sobre as primeiras pode ser insignificante e raramente foi uma questão de vida ou morte. Cuba prosperava ou declinava dependendo do preço do açúcar e da disposição dos EUA a importá-lo, mas nem países "desenvolvidos" bastante pequenos — digamos, a Suécia — sofreriam graves inconve-

nientes se todo o açúcar do Caribe desaparecesse do mercado, porque não dependiam exclusivamente daquela área para esse artigo. Praticamente todas as importações e exportações de qualquer região da África subsaariana iam ou vinham de um pequeno número de metrópoles ocidentais, mas o comércio metropolitano com a África, a Ásia e a Oceania, embora aumentando modestamente entre 1870 e 1914, permaneceu bastante marginal. Cerca de 80% do comércio europeu durante todo o século XIX, importação como exportação, era feito com outros países desenvolvidos; o mesmo é verdade no que tange aos investimentos europeus no exterior.¹⁵ A parcela dos investimentos destinada a países ultramarinos era majoritariamente direcionada a um pequeno número de economias em desenvolvimento rápido, sobretudo povoadas por descendentes de europeus — Canadá, Austrália, África do Sul, Argentina, etc. — bem como, é claro, aos EUA. Neste sentido a era do imperialismo tem um aspecto muito diferente quando enfocada do ponto de vista da Niceiáguia ou da Malala, ou da Alemanha ou da França.

Dentre os países metropolitanos, foi obviamente para a Grã-Bretanha que o imperialismo teve maior importância, uma vez que sua supremacia econômica sempre dependera de sua relação especial com os mercados ultramarinos e as fontes de produtos primários. Na verdade, pode-se arguir que em momento algum, a partir da revolução industrial, as manufaturas do Reino Unido haviam sido particularmente competitivas nos mercados das economias em vias de industrialização, salvo, talvez, durante as décadas douradas de 1850-1870. Para a economia britânica, preservar o mais possível seu acesso privilegiado ao mundo não-europeu era, portanto, uma questão de vida ou morte.¹⁶ No final do século XIX, o sucesso obtido nesse terreno foi notável estendendo incidentalmente a área controlada oficial ou efetivamente pela monarquia britânica a um quarto da superfície do globo (que os atlas britânicos orgulhosamente coloriam de vermelho). Se incluímos o assim chamado "império informal" de Estados independentes que na verdade eram economias satélites da Grã-Bretanha, talvez um terço do planeta fosse britânico em sentido econômico e, na verdade, cultural. Pois a Grã-Bretanha exportou até a forma específica de suas caixas coletoras de correspondência para Portugal e uma instri-

tução do mais puro estilo britânico, como a loja de departamentos Harrods, para Buenos Aires. Mas, por volta de 1914, outras potências já estavam se infiltrando em boa parte desta zona de influência indireta, especialmente na América Latina.

Entretanto, boa parte dessa operação defensiva bem-sucedida era independente da "nova" expansão imperialista, à exceção do mais rico e inesperado dos filões: os diamantes e o ouro da África do Sul. Isto gerou uma safra instantânea de milionários (majoritariamente alemães) — os Wernher, Beir, Eckstein e outros — a maioria dos quais foi também instantaneamente incorporada à alta sociedade britânica, nunca tão receptiva ao dinheiro de primeira geração, desde que este se espalhasse à sua volta em quantidades suficientemente grandes. Isto levou também ao maior dos conflitos coloniais, a Guerra Sul-africana de 1899-1902, que eliminou a resistência de duas pequenas repúblicas locais povoadas por camponeses brancos.

A maior parte do sucesso ultramarino britânico deveu-se à exploração mais sistemática das possessões britânicas já existentes ou da posição especial do país como maior importador de áreas como a América do Sul, bem como seu maior investidor. À exceção da Índia, do Egito e da África do Sul, a maior parte da atividade econômica britânica ocorria em países praticamente independentes, como os "domínios" brancos, ou em áreas como os EUA e a América Latina, onde a ação do Estado britânico não era, ou não podia ser, efetivamente desenvolvida. Pois, apesar dos gritos de dor da Associação de Detentores de Debêntures Estrangeiras (criada durante a Grande Depressão) ao se defrontar com a conhecida prática latina de suspender o pagamento da dívida ou pagá-la em moeda desvalorizada, o governo não deu um respaldo efetivo a seus investidores na América Latina, porque não podia. A Grande Depressão foi um teste de fogo nesse sentido, porque, como depressões mundiais posteriores (inclusive a dos anos 1970 e 1980), levou a uma crise de endividamento internacional de vulto, que pôs os bancos das metrópoles em sério risco. O máximo que o governo britânico pôde fazer foi tomar providências para salvar a grande casa de Baring da insolvência na "crise Baring" de 1890, quando esse banco se aventurou, como fazem os bancos, com excesso desembarço na voragem das inadimplentes finanças argen-

tinas. Se ele respaldou os investidores com a diplomacia da força, como crescentemente após 1905, foi para ajudá-los a enfrentar empresários de outros países apoiados por seus próprios governos, e não contra os governos mais fortes do mundo dependente.*

Na verdade, considerando os anos bons e os maus, os capitalistas britânicos se saíram geralmente bem em seu império informal ou "livre". Quase a metade do capital acionário a longo prazo britânico estava, em 1914, no Canadá, na Austrália e na América Latina. Mais da metade da poupança britânica foi investida no exterior após 1900.

A Grã-Bretanha se apossou, é claro, de sua parte nas regiões recentemente colonizadas do mundo, e, dadas a força e a experiência britânicas, era uma parte maior e provavelmente mais valiosa que a de qualquer outro. A França ocupava a maior parte da África Ocidental, mas as quatro colônias britânicas na área controlavam as parcelas onde havia "as populações africanas mais densas, as maiores instalações produtivas e a preponderância do comércio".¹⁷ Contudo, o objetivo britânico não era a expansão, mas impedir a intromissão de outros em territórios até então dominados pelo comércio e pelo capital britânicos, como a maior parte do mundo ultramarino.

Será que as outras nações tiraram benefícios proporcionais de sua expansão colonial? É impossível dizer, pois a colonização formal era apenas um aspecto da expansão e da concorrência econômica global e, no caso das duas principais potências industriais, Alemanha e EUA, não era um aspecto maior. Ademais, como já vimos, uma relação especial com o mundo não-industrial não era economicamente crucial para nenhum outro país além da Grã-Bretanha (com a possível exceção da Holanda). Isso é tudo o que podemos dizer com razoável certeza. Em

* Houve um pequeno número de casos de "economia de canhoneira" — como na Venezuela, Guatemala, Haiti, Honduras e México — mas não modificaram seriamente esse quadro. É claro, os governos e capitalistas britânicos, confrontados com a escolha entre partidos ou Estados locais que favorecessem os interesses econômicos britânicos ou os hostilizassem, não deixariam de apoiar o lado mais proveitoso para os lucros britânicos: o Chile contra o Peru na "Guerra do Pacífico" (1879-1882), os inimigos do presidente Balmaceda no Chile em 1891. Em questão, os nitratos.

primeiro lugar, a ofensiva colonial parece ter sido inversamente proporcional ao dinamismo econômico dos países metropolitânicos, onde até certo ponto servia para compensar sua inferioridade econômica e política em relação a seus rivais — e, no caso da França, sua inferioridade demográfica e militar. Em segundo lugar, em todos os casos houve forte pressão de grupos econômicos específicos — notadamente os associados ao comércio ultramarino e às indústrias que usavam matéria-prima ultramarina — em favor da expansão colonial, que eles naturalmente justificavam com as perspectivas de vantagens nacionais. Em terceiro lugar, enquanto alguns desses grupos se saíam bastante bem dessa expansão — a *Compagnie Française de l'Afrique Occidentale* pagou dividendos de 26 por cento em 1913¹⁸ —, a maioria das novas colônias efetivas atraiu pouco capital, e seus resultados econômicos foram decepcionantes. * Em suma, o novo colonialismo foi um subproduto de uma era de rivalidade econômico-política entre economias nacionais concorrentes, intensificada pelo protecionismo. Entretanto, na medida em que o comércio metropolitano com as colônias quase invariavelmente aumentou em termos de porcentagem de seu comércio total, aquele protecionismo teve algum êxito.

Contudo, a Era dos Impérios não foi apenas um fenômeno econômico e político, mas também cultural: a conquista do globo pelas imagens, idéias e aspirações transformadas de sua minoria “desenvolvida”, tanto pela força e pelas instituições como por meio do exemplo e da transformação social. Nos países dependentes isto dificilmente afetou alguém fora das elites locais, embora, é claro, se deva lembrar que em algumas regiões, como a África subsaariana, foi o próprio imperialismo, ou o fenômeno associado das missões cristãs, que criou a possibilidade da existência de uma nova elite social baseada na educação de estilo ocidental. A divisão entre Estados africanos

“francófonos” e “anglófonos” de hoje espelha exatamente a distribuição dos impérios coloniais francês e britânico. * Salvo na África e na Oceania, onde as missões cristãs às vezes obtinham conversões em massa à religião ocidental, a grande massa das populações coloniais, se tivesse escolha, dificilmente mudaria seus estilos de vida. E, para constrangimento dos missionários mais rígidos, o que os povos indígenas adotaram não foi tanto a fé importada do Ocidente, mas aqueles dentre seus elementos que faziam sentido para eles em termos de seu próprio sistema de crenças e suas instituições, ou necessidades. Exatamente como os esportes levados aos ilhéus do Pacífico por administradores coloniais britânicos entusiastas (tantas vezes escolhidos entre os produtos mais robustos da classe média), a religião colonial com muita frequência parecia tão inesperada ao observador ocidental como o cricket de Samoa. Era o caso mesmo dos fiéis que nominalmente seguiam as ortodoxias de sua denominação. Mas eles também foram capazes de desenvolver suas próprias versões da fé, notadamente na África do Sul — a única região da África onde houve conversões realmente maciças —, onde um “movimento etíope” abandonou as missões já em 1892, para estabelecer uma forma de cristandade menos identificada aos brancos.

O que o imperialismo trouxe às elites efetivas ou potenciais do mundo dependente foi, portanto, essencialmente a “ocidentalização”. Esse processo já estava, sem dúvida, em curso há muito tempo. Por várias décadas fora claro, para todos os governos e elites confrontados à dependência ou à conquista, que eles tinham que se ocidentalizar, caso contrário desapareceriam (ver *A Era do Capital*, caps. 7, 8: 2). E, de fato, as ideologias que inspiraram essas elites na era do imperialismo datavam dos anos entre a Revolução Francesa e meados do século XIX, como quando revestiram a forma do positivismo de Auguste Comte (1798-1857), doutrina modernizadora que inspirou os governos do Brasil, do México e do início da Revolução Turca (ver pp. 393, 401 e ss.). A resistência da elite ao Ocidente era ocidentalizante, mesmo quando se opunha à ocidentalização indiscriminada no terreno da religião, da moral, da ideologia ou do

* Que, após 1918, dividiram entre si as antigas colônias alemãs.

pragmatismo político. A figura com a aura de santidade do Mahatma Gandhi, vestindo tanga e usando uma roca (para desencorajar a industrialização), não apenas era apoiada e financiada pelos proprietários de cotonifícios mecanizados em Ahmedabad,* como ele mesmo era um advogado formado no Ocidente e visivelmente influenciado pelas ideologias dele derivadas. É totalmente impossível compreendê-lo vendo nele apenas um hindu tradicionalista.

Na verdade, Gandhi ilustra bastante bem o impacto específico da era do imperialismo. Nascido numa casta relativamente modesta de comerciantes e prestamistas, anteriormente não muito associada à elite ocidentalizada que administrava a Índia sob a direção de superiores britânicos, ele adquiriu, contudo, uma educação profissional e política na Inglaterra. Por volta do final dos anos 1880, esta era uma opção tão aceita para jovens ambiciosos de seu país, que o próprio Gandhi começou a redigir um guia da vida inglesa para futuros estudantes de posses modestas como ele. Escrito em excelente inglês, aconselhava-os sobre todos os pontos, da viagem para Londres no vapor da companhia P & O e como encontrar moradia, a maneira de satisfazer às exigências da dieta dos piedosos hindus e como se acostumar com o surpreendente hábito ocidental de se barbear, em vez de recorrer a um barbeiro.¹⁹ Gandhi claramente não se via nem como um assimilador nem como um opositor incondicional das coisas britânicas. Como muitos pioneiros da libertação colonial fizeram desde então, durante sua estadia temporária na metrópole ele escolheu frequentar círculos ocidentais ideologicamente compatíveis — neste caso, os de vegetarianos britânicos, que certamente podiam ser considerados favoráveis também a outras causas “progressistas”.

Gandhi aprendeu sua técnica característica de mobilizar massas tradicionais para fins não-tradicionais por meio da resistência passiva num ambiente criado pelo “novo imperialismo”. Era, como se podia esperar, uma fusão de elementos ocidentais e orientais, pois ele não fez segredo de sua dívida intelectual para com John Ruskin e Tolstói. (Antes dos anos 1880, a fertilização de flores políticas indianas com pólen levan-

* “Ah”, teria exclamado um desses patrocinadores, “se Bapuñi soubesse o quanto custa mantê-lo pobre!”.

do da Rússia teria sido inconcebível, mas por volta da primeira década do novo século isto já era comum entre os indianos, como seria entre radicais chineses e japoneses.) A África do Sul, país do *boom* dos diamantes e do ouro, atraiu uma vasta comunidade de imigrantes modestos da Índia, e a discriminação racial neste novo cenário criou uma das poucas situações em que os indianos não pertencentes à elite se dispuseram à mobilização política moderna. Gandhi adquiriu experiência política e ganhou sua fama como defensor dos direitos indianos na África do Sul. Por ora ele dificilmente poderia ter feito o mesmo na própria Índia, para onde finalmente retornou — mas apenas após a deflagração da guerra de 14 — para se tornar a figura chave do movimento nacional indiano.

Em suma, a Era dos Impérios criou tanto as condições que formaram líderes antimperialistas como as condições que, como veremos (cap. 12), começaram a propiciar ressonância a suas vozes. Mas, é claro, é um anacronismo e um equívoco apresentar a história dos povos e regiões submetidas à dominação e à influência das metrópoles ocidentais basicamente em termos de resistência ao Ocidente. É um anacronismo porque, com exceções que serão apontadas abaixo, o início mais precoce da era dos movimentos antimperialistas significativos se dá, para a maioria das regiões, com a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa; um equívoco por ler o texto do nacionalismo moderno — independência, autodeterminação dos povos, formação de Estados territoriais, etc. (ver cap. 6) — num registro histórico que ainda não o continha nem podia contê-lo. Na verdade, foram as elites ocidentalizadas as primeiras a entrar em contato com essas idéias, através de suas visitas ao Ocidente e às suas instituições educacionais, pois esta era sua origem. Jovens estudantes indianos de volta da Grã-Bretanha podiam levar consigo as palavras de ordem de Mazzini e Garibaldi; mas, à época, poucos habitantes do Punjab, sem falar de regiões como o Sudão, teriam a mínima idéia do que poderiam significar.

Assim sendo, o mais poderoso legado cultural do imperialismo foi uma educação em moldes ocidentais para minorias de vários tipos: para os pouco favorecidos que se alfabetizaram, descobrindo portanto, com ou sem a ajuda da conversão cristã,

o caminho mais direto para a ambição, que usava o colarinho branco dos clérigos, professores, burocratas ou funcionários de escritório. Em algumas regiões também se incluíam aqueles que haviam adquirido novos costumes, como soldados e policiais dos novos governantes, envergando suas roupas, adotando suas idéias peculiares de tempo, de lugar e de organização doméstica. Estes constituíam, é claro, as minorias de instigadores e agitados potenciais, motivo pelo qual a era do colonialismo, breve mesmo quando medida por uma única vida humana, surtiu efeitos tão duradouros. Pois é surpreendente que na maior parte da África a totalidade da experiência do colonialismo, da ocupação inicial à formação de Estados independentes, caiba no lapso de uma única vida — digamos, na de Sir Winston Churchill (1874-1965).

E quanto ao efeito oposto do mundo dependente sobre o dominante? O exotismo fora um subproduto da expansão européia desde o século XVI, embora observadores filosóficos da era do Iluminismo tenham, na maioria das vezes, tratado os países estranhos distantes da Europa e do povoamento europeu como uma espécie de barômetro moral da civilização européia. Onde eram nitidamente civilizados, podiam ilustrar as deficiências institucionais do Ocidente, como nas *Cartas Persas*, de Montesquieu; caso contrário, a tendência era tratá-los como os nobres selvagens, cujo comportamento natural e admirável ilustrava a depravação da sociedade civilizada. A novidade no século XIX era que os não-europeus e suas sociedades eram crescentes e geralmente tratados como inferiores, indesejáveis, fracos e atrasados, ou mesmo infantis. Eles eram objetos perfeitos de conquista, ou ao menos de conversão aos valores da única verdadeira civilização, aquela representada por comerciantes, missionários e grupos de homens equipados com armas de fogo e aguçadas. E, em certo sentido, os valores das sociedades tradicionais não-ocidentais tornaram-se cada vez mais irrelevantes para sua sobrevivência, numa era em que apenas contavam a força e a tecnologia militar. A sofisticação da Pequim imperial por acaso evitou que os bárbaros ocidentais queimassem e saqueassem o Palácio de Verão mais de uma vez? A elegância da cultura de elite em Mughal, a capital em declínio, retratada com tanta beleza por Satyajit Ray em *Os Enxa-*

dristas, impediu o avanço dos britânicos? Para o europeu médio, essas pessoas se tornaram objeto de desprezo. Os únicos não-europeus que mereciam sua estima eram os guerreiros, de preferência os que podiam ser recrutados para seus próprios exércitos coloniais (silks, gurkas, montanhesees bérberes, afgãos, beduínos). O Império Otomano conquistou o respeito, concedido a contragosto, porque mesmo em seu declínio tinha uma infantaria capaz de resistir aos exércitos europeus. O Japão começou a ser tratado como um igual quando começou a ganhar guerras.

Contudo, a densidade mesma da rede global de comunicações, a própria facilidade do acesso a países estrangeiros intensificaram, direta ou indiretamente, o confronto e a entremescia dos mundos ocidental e exótico. Eram poucos os que conheciam e refletiam sobre ambos, embora esse número tenha sido aumentado no período imperialista por escritores que escolheram ser os intermediários entre eles: escritores ou intelectuais por vocação e por profissão marinhairos (como Pierre Loti e, o maior deles, Joseph Conrad), soldados e administradores (como o orientalista Louis Massignon) ou jornalistas coloniais (como Rudyard Kipling). Mas o exótico se tornou crescentemente parte da educação cotidiana, como na literatura juvenil de enorme sucesso de Karl May (1842-1912), cujo herói alemão imaginário percorreu o faroeste e o Oriente islâmico, com incursões à África negra e à América Latina; nos romances de aventuras, cujos vilões agora incluíam orientais inescrutáveis e todo-poderosos como o Dr. Fu Manchu de Sax Rohmer; em revistas escolares baratas para garotos britânicos, que agora incluíam um hindu rico falando um barroco inglês-babu, estereótipo previsível. O exótico podia até tornar-se uma parte ocasional porém previsível da experiência cotidiana, como no *show* do Oeste Bravo de Buffalo Bill, com seus igualmente exóticos *cowboys* e índios, que conquistaram a Europa a partir de 1867, ou nos "povoados coloniais" cada vez mais elaborados ou mostras das grandes exposições internacionais. Qualquer que fosse sua intenção, esses lampejos de mundos estranhos não tinham caráter documentário. Eles eram ideológicos, em geral reforçando o sentimento de superioridade do "civilizado" em relação ao "primitivo". Eram imperialistas apenas porque, como mostram os

romances de Joseph Conrad, a vinculação central entre os mundos do exótico e do cotidiano era a penetração, formal ou informal, do Ocidente no Terceiro Mundo. Quando a linguagem coloquial absorveu palavras oriundas da experiência colonial efetiva — sobretudo sob a forma de vários tipos de gíria, notadamente a dos exércitos coloniais — elas refletiam muitas vezes uma visão negativa dos súditos. Os operários italianos chamavam os fura-greves de *crumiri* (nome de uma tribo do Norte da África) e os políticos italianos chamavam as legiões de doces eleitores sulistas, levados às urnas pelos chefes locais, de *ascari* (tropas coloniais nativas). *Caciques*, os chefes índios do império espanhol da América, tornara-se sinônimo de qualquer chefe político; *caids* (chefe indígena da África do Norte) foi o termo aplicado a líderes de gangues criminosas na França.

Houve, contudo, um lado mais positivo nesse exotismo. Os administradores e soldados com abertura intelectual — os homens de negócios se interessavam menos por tais assuntos — refletiram profundamente sobre as diferenças entre suas próprias sociedades e aquelas que governavam. Produziram obras de impressionante erudição sobre elas, especialmente no império indiano, bem como reflexões teóricas que transformaram as ciências sociais ocidentais. Boa parte desse trabalho foi o subproduto da dominação colonial ou visava a ajudá-la, e a maioria re-pousava, inquestionavelmente, no sentimento firme e confiante da superioridade do conhecimento ocidental sobre qualquer outro, exceto talvez no terreno da religião, onde, por exemplo, a superioridade do metodismo em relação ao budismo não era óbvia aos olhos de observadores imparciais. O imperialismo ocasionou um aumento notável no interesse ocidental em formas de espiritualidade derivadas do Oriente, ou que diziam ser, e às vezes conversões a elas.²⁰ Contudo, apesar da crítica pós-colonial, esse conjunto de obras de erudição ocidental não pode ser simplesmente descartado como uma desqualificação arrogante de culturas não-européias. No mínimo as melhores dentre elas as encararam com seriedade, como algo a ser respeitado, com quem era preciso aprender. No campo da arte, e especialmente das artes visuais, as vanguardas ocidentais trataram as culturas não-ocidentais em total pé de igualdade. Na verdade, inspiraram-se preponderantemente nelas nesse período. Isso é

verdade não só em relação a artes que se pensava representarem civilizações sofisticadas, por mais exóticas que fossem (como a japonesa, cuja influência nos pintores franceses foi marcante), mas em relação às encaradas como "primitivas", notadamente as da África e da Oceania. Seu "primitivismo" era, sem dúvida, sua principal atração, mas é inegável que as gerações de vanguarda do início do século XX ensinaram os europeus a ver essas obras como arte — muitas vezes grande arte — em sua verdadeira grandeza, independentemente de sua origem.

Um aspecto final do imperialismo deve ser brevemente mencionado: seu impacto nas classes dirigente e média dos principais países metropolitanos. Num certo sentido, o imperialismo destacou o triunfo dessas classes e das sociedades criadas à sua imagem como nada mais poderia ter feito. Um pequeno número de países, sobretudo do noroeste da Europa, dominou o planeta. Alguns imperialistas, para indignação dos latinos, sem falar dos eslavos, gostavam até de ressaltar os méritos específicos como conquistadores dos europeus de origem teutônica e especialmente anglo-saxônica, a quem, independente de suas rivalidades, era atribuída uma afinidade mútua, que ainda ecoa no respeito ressentido de Hitler em relação à Grã-Bretanha. Um pequeno número de homens das classes alta e média desses países — altos funcionários, administradores, homens de negócios, engenheiros — exerciam efetivamente aquela dominação. Por volta de 1890, pouco mais de seis mil funcionários britânicos governavam quase 300 milhões de indianos, com a ajuda de pouco mais de 70 mil efetivos europeus, cujos soldados rasos eram, como as muito mais numerosas tropas indígenas, mercenários que recebiam ordens e que eram provenientes, em número desproporcional, daquela antiga reserva de guerreiros coloniais nativos: os irlandeses. Este é um caso extremo, mas que nem por isto deixa de ser típico. Poderia haver prova mais extraordinária de superioridade absoluta?

Assim, o número de pessoas diretamente envolvidas com o império era relativamente pequeno — mas seu significado simbólico era enorme. Quando se pensou que o escritor Rudyard Kipling, o bardo do império indiano, estava morrendo de pneumonia em 1899, não apenas os britânicos e os americanos ficaram pesadosos — Kipling acabara de dedicar um poema sobre

"O fardo do homem branco" aos EUA, sobre sua responsabilidade nas Filipinas — mas o imperador da Alemanha enviou um telegrama.²¹

Contudo, o triunfo imperial gerou também a um tempo problemas e incertezas. Colocou problemas na medida em que a contradição entre o governo das classes dirigentes metropolitanas em seus impérios e seus próprios povos foi se tornando insolúvel. Nas metrópoles, como veremos, a política democrática eleitoral prevalecia ou, como parecia inevitável, estava destinada a prevalecer crescentemente. Nos impérios coloniais, governava a autocracia, baseada na combinação da coerção física à submissão passiva a uma superioridade grande a ponto de parecer incontestável e portanto legítima. Os militares e os "pro-cônsmul" autodisciplinados, homens isolados com poderes absolutos sobre territórios do tamanho de reinos, governavam continentes, ao passo que na metrópole as massas ignorantes e inferiores estavam revoltadas. Não havia aqui uma lição — uma lição no sentido da *Vontade de Poder*, de Nietzsche — a ser aprendida?

O imperialismo também gerou incertezas. Em primeiro lugar, confrontou uma pequena minoria de brancos — pois mesmo a maioria desta raça pertencia à categoria dos destinados à inferioridade, como a nova disciplina da eugenia alertava incessantemente (ver cap. 10) — às massas de negros, pardos, talvez sobretudo amarelos, aquele "perigo amarelo" contra o qual o imperador Guilherme II conclamou à união e à defesa do Ocidente.²² Será que impérios mundiais tão facilmente conquistados, com uma base tão estreita, governados com uma facilidade tão absurda graças à devoção de uns poucos e a passividade de muitos, será que eles podiam durar? Kipling, o maior — talvez o único — poeta do imperialismo, saudou o grande momento de orgulho imperial demagógico, o Jubileu de Diamante da Rainha Vitória, em 1897, com um lembrete profético da permanência dos impérios:

*Far-called, our navies melt away;
On dune and headland sinks the fire:
Lo, all our pomp of yesterday*

*Is one with Nineveh and Tyre!
Judge of the Nations, spare us yet,
Lest we forget, lest we forget.*²³*

A pompa planejou a construção de uma nova capital imperial enorme para a Índia em Nova Délhi. Clemenceau teria sido o único observador cético a prever que esta seria a mais recente de uma longa série de ruínas de capitais imperiais? E será que a vulnerabilidade da dominação global era muito maior que a vulnerabilidade da dominação interna em relação às massas brancas?

A incerteza era uma faca de dois gumes. Pois se o império (e o governo das classes dirigentes) era vulnerável a seus governados, embora talvez não ainda, não de modo imediato, não seria mais imediatamente vulnerável à erosão interna da vontade de governar, da disposição de travar a luta darwiniana pela sobrevivência do mais apto? Será que a própria riqueza e o próprio luxo que o poder e o espírito empreendedor haviam gerado não tinham enfraquecido as fibras daqueles músculos cujos esforços constantes eram necessários para mantê-los? Será que o império não leva ao parasitismo no centro e ao triunfo final dos bárbaros?

Em nenhum lugar o destino parecia estar mais presente nessas perguntas que no maior e mais vulnerável de todos os impérios, naquele que ultrapassava em tamanho e glória todos os impérios do passado e que, contudo, sob outros aspectos estava à beira do declínio. Mas mesmo os alemães, trabalhadores e vigorosos, percebiam que o imperialismo ia de par com aquele "estado que vive de rendas", que não podia senão levar ao declínio. Deixemos J. A. Hobson dar a voz a esses temores: se a China fosse repartida,

"a maior parte da Europa ocidental poderia então adquirir a aparência e o caráter já exibidos por parcelas de território do sul da Inglaterra, na Riviéra e nas localidades

* "Atraídas para longe, nossas marinhas desaparecem; / Entre dunas e promontórios naufraga o ardor; / Vejam, toda nossa pompa de ontem / Une-se a Nírive e Tírol / Juiz das Nações, poupei-nos contudo. / Para que não esqueçamos, para que não esqueçamos." (N. da T.)

residenciais ou infestadas de turistas da Itália e da Suíça: pequenos grupos de aristocratas ricos extraindo dividendos e pensões do Extremo Oriente, com um grupo algo maior de servidores profissionais de alto gabarito e comerciantes de luxo, e um conjunto grande de criados pessoais e trabalhadores do setor de transporte e dos estágios finais da produção dos bens mais perecíveis; todas as principais atividades importantes teriam desaparecido, pois os alimentos e produtos manufaturados básicos afluíam como um tributo da África e da Ásia.²⁴

A *belle époque* da burguesia iria portanto desarmá-la. Os encantadores e inofensivos Elóis, do romance de H. G. Wells, que passavam a vida se divertindo ao sol, ficariam à mercê dos escuros Morlocks de quem dependiam e contra os quais estavam desarmados.²⁵ “A Europa”, escreveu o economista alemão Schulze-Gaevernitz, “transferirá o ônus da labuta física — primeiro o da agricultura e da mineração, depois as fainas mais árduas da indústria — às raças de cor, contentando-se em viver de rendimentos, e talvez, neste sentido, preparará o terreno para a emancipação econômica, e mais tarde política, das raças de cor.”²⁶

Esses eram os maus sonhos que tiravam o sono da *belle époque*. Neles, os pesadelos dos impérios se uniam ao medo da democracia.

CAPÍTULO 4

A POLÍTICA DA DEMOCRACIA

Todos os que, pela fortuna, pela educação, pela inteligência ou pela astúcia, são aptos para liderar uma comunidade humana e têm a oportunidade de o fazer — em outras palavras, todas as facções das classes dominantes — devem curvar-se perante o sufrágio universal, desde que instituído, e igualmente, se a ocasião o exigir, lisonjeá-lo e ludibriá-lo.

Gaetano Mosca, 1895¹

A democracia ainda está em experiência, mas até o momento não se desacreditou; verdade é que sua força plena não entrou ainda em operação, e isto por duas causas, uma mais ou menos permanente, com respeito a seus efeitos, e outra de natureza transitória. Em primeiro lugar, seja qual for a representação numérica da riqueza, seu poder será sempre desproporcionado; em segundo lugar, a organização deficiente das classes que acabaram de receber o direito ao voto impediu qualquer alteração de vulto no preexistente equilíbrio do poder.

John Maynard Keynes, 1904²

E significativo que nenhum dos modernos Estados seculares tenha deixado de oferecer feriados nacionais dando ocasião a assembleias.

American Journal of Sociology, 1896³

1

O período histórico de que trata este volume inicia-se com um surto internacional de histeria entre os governantes euro-